



Mário Abrantes

À margem...

Em prol de um mundo não exclusivamente a preto e branco, existem outros pontos de vista ou acontecimentos, que, em minha opinião, não devem passar despercebidos, à margem dos assuntos mais relevados dos últimos dias. Damos o exemplo em três casos: a luta dos trabalhadores do comércio em Angra do Heroísmo, o pacote de medidas do governo PS para enfrentar os problemas da habitação, ou a passagem do aniversário do início da ofensiva militar russa em território da Ucrânia.

Enquanto os trabalhadores do comércio de Angra desenvolviam uma luta contra o acordo coletivo que a respetiva Câmara de Comércio lhes pretendia impor, esta última à margem do diálogo com eles e com o seu sindicato representativo (mais de 200 filiados), optou por assinar nas suas costas, com um outro sindicato não representativo, um acordo coletivo potencialmente ilegal e que lhes é prejudicial. Que a Câmara de Comércio tente fugir aos compromissos de uma negociação séria e atenta aos interesses e direitos dos trabalhadores, não é de admirar, e só a luta unida destes últimos a poderá obrigar a mudar de posição. Lamentável, é o arrastamento de um outro sindicato para esta manobra, visando enganar e enfraquecer a posição dos trabalhadores e a sua unidade. Dividir para reinar, por qualquer meio, é um já velho expediente a que recorrem alguns patrões para impor a sua vontade. Os trabalhadores esses, no seu próprio interesse, terão certamente de superar tal dificuldade e repor as negociações no seu rumo certo.

As medidas anunciadas por António Costa para enfrentar os atuais e especulativos altos custos da habitação, serão seguramente muito pouco eficazes, já que se propõem apenas transferir para o Estado, ou seja para os bolsos de todos nós, o financiamento do seu sobre valor e controlar um pouco a contínua expansão do alojamento local. Mas nem por isso, em especial quanto

ao arrendamento compulsivo das casas devolutas, deixou de se levantar por parte de proprietários e partidos de direita, uma amplificada onda de contestação, ancorada na absolutização do direito a dispor da respetiva propriedade e justificando a necessidade dos preços elevados com a falta de oferta e a crise na construção. À margem, duas perguntas se impõem: então as 730 000 casas vazias que há em Portugal são intocáveis e nada têm a ver com a oferta? Então, os problemas de quem deixou de conseguir pagar a sua habitação, de quem é obrigado a sobrelotar quartos exíguos em busca de um teto acessível, da falta de habitação para os jovens, perderam repentinamente toda a importância social e política que ainda há poucos dias atrás obrigava a que não ficasse tudo na mesma em matéria de habitação em Portugal?

Passou um ano sobre a invasão militar da Rússia em território ucraniano. Já muito foi dito a propósito desta data e da guerra que prossegue, desastrosa para o povo ucraniano e cada vez mais ameaçadora para a humanidade. À margem, congratulo-me, entretanto, com a rádio pública portuguesa por abrir uma exceção à cortina de ferro erguida pelo ocidente para ocultar o que se passa do outro lado. Ficámos assim a saber que sobre a região do Donbass há bombardeamentos ucranianos desde 2014, com muita destruição tanto de vidas humanas como do edificado e que as pessoas que ali vivem se sentem discriminadas no seu país, desejando ser russas. À margem, lamentável o facto de que Israel, violando abertamente a carta da ONU e o direito internacional, continue impunemente a matar palestinianos, mais de 20 já este ano, e a bombardear civis na capital Síria (15 mortos num prédio residencial), como aconteceu sábado passado, mesmo em cima do sofrimento com o sismo. Nem da União Europeia, da NATO ou dos EUA há notícia da condenação do estado de Israel pela flagrante violação continuada do direito internacional, porquê?



Teresa Nóbrega *

Nem... Nem...

Nem estudam, nem trabalham. São jovens desempregados de longa duração, sem qualificações profissionais e com baixa escolaridade. Estão identificados nos Açores cerca de 2600 jovens nestas condições, número que aumentou significativamente nos últimos tempos.

Identificado o problema, Maria João Carreiro, responsável pela pasta da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego, acaba de assinar um protocolo com a Delegação nos Açores da ANAFRE (Associação nacional de Freguesias). Fazer o levantamento deste público mais vulnerável e acompanhá-lo através de um plano de formação individual, de forma a facilitar estes jovens no mercado de trabalho, é o que se pretende com o protocolo agora assinado com as Juntas de Freguesia.

Esta situação dos jovens que não estudam nem trabalham não é nova e faz-nos questionar o estado da educação na Região Autónoma da Madeira. Os últimos números revelam que a taxa real de escolarização no ensino secundário é de 55,7 % nos Açores, de longe a mais baixa do país, sendo a taxa de escolarização no Continente de 85,9 %. Perante este quadro, este Governo ainda não definiu uma estratégia da educação para a próxima década. O que fez foi acabar com o programa "Pró-Sucesso" sem ter em conta os resultados.

O tempo urge. É ver o exemplo da Madeira que desde 2018 tem vindo a fazer um percurso de sucesso na educação, rumo à inovação pedagógica, com as chamadas "salas do futuro", ambientes inovadores de aprendizagem com recurso à tecnologia. As "salas do futuro" privilegiam a acção do aluno, fomentando a motivação e a criatividade. São um autêntico laboratório de aprendizagem que conta com diversos equipamentos e tecnologias. Desde logo um painel interativo, impressora 3D, "kits" de ciências, electrónica, programação e robótica e material de imagem para produção de conteúdos. São já 26 as "salas do futuro" que garantem a cobertura total de todas as es-

colas do 2.º e 3.º ciclos e secundário da Região Autónoma da Madeira, num investimento global de 800 mil euros. As primeiras "salas do futuro" foram pagas pelo Orçamento Regional e mais recentemente com fundos do PRR. Enquanto isso, nós ainda não descolamos das "salas do passado".

Mas se a educação é um elevador social, económico e civilizacional, a Habitação constitui um dos pilares estruturantes de qualquer sociedade. O PRR é uma janela de oportunidade única e irrepetível que se abre para ajudar a resolver os graves problemas habitacionais que a Região enfrenta e não pode ser uma oportunidade perdida.

Segundo o Vice-presidente do Governo Regional, que tutela a área da Habitação, a Região vai insistir junto do Governo da República para que sejam revistos não só as metas, mas também os valores destinados à Habitação, dada a discrepância entre as verbas inscritas no PRR para Madeira (136 milhões), que são mais do dobro do que as verbas para os Açores (60 milhões), que segundo Artur Lima foram negociadas pelo anterior governo regional.

Mas pior do que a escassez das verbas inscritas para os Açores, seria o não cumprimento das metas calendarizadas. E o aviso vem do Conselho Económico e Social, que já advertiu que essas metas estavam em perigo e consequentemente os fundos de 60 Milhões do PRR. O próprio Vice-Presidente admitiu essa possibilidade quando disse no parlamento que ia pedir a prorrogação do prazo. O que significaria, nem aumento de verbas nem casas construídas com a verba inscrita no Plano de Recuperação e Resiliência.

*Jornalista

A autora escreve de acordo com a anterior ortografia